



cpl UFPI <cpl@ufpi.edu.br>

pedido de impugnação e esclarecimento Pregão Eletrônico nº 90001/2026

SERVFAZ serviços e mao de obra <servfazlicitacoes01@gmail.com>

21 de janeiro de 2026 às 18:17

Para: CPL - Comissão Permanente de Licitações <cpl@ufpi.edu.br>, comercial@servfaz.com.br

Pregão Eletrônico nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 23111.17509/2025-83.

objeto: contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nas dependências da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, assim como outros imóveis que venham a ser ocupadas pela IES na região de Picos-PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Segue anexo pedido de impugnação e esclarecimento.

Favor acusar recebimento.

--

Comercial**Tatiana Larissa****86 2107-7171 / 99525-4966****SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA.****IMPUGNAÇÃO UFPI.pdf**

1054K

AO SR. AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI PICOS

Pregão eletrônico nº 90001/2026

Processo Administrativo nº 23111.17509/2025-83.

SERVFAZ – SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 10.013.974/0001-63, com sede na Avenida Dom Severino, n.º 679, bairro Fátima, CEP: 64.049-375, na cidade de Teresina – PI, neste ato representada por sua sócia administradora, Daniela Roberta Duarte da Cunha, portadora do RG n.º 997.292-SSP/PI e inscrita no CPF nº 553.764.603-04, vem tempestivamente, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO** referente ao edital do Pregão eletrônico nº 90001/2026, nos termos do item 13 do instrumento convocatório, motivo o qual expõe e requer o seguinte:

DOS FATOS

Trata-se de pregão eletrônico cujo objeto é o para contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nas dependências da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, assim como outros imóveis que venham a ser ocupadas pela IES na região de Picos-PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Ocorre que após a leitura do edital esta empresa se deparou com diversas inconsistências que inviabilizam a elaboração de proposta de preços e inviabilizam a execução contratual, razão pela qual realiza-se os seguintes esclarecimentos e impugnação:

1. DA INOBSERVÂNCIA DO VALOR SALÁRIO MÍNIMO NA FORMAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

O edital, no Apêndice do Anexo VI – Memoria de cálculo subitem 7.7.1 e item 8.3 e 8.3.1.1 do edital, informa que para o cálculo do valor estimado foi utilizada como parâmetro a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025 n.º PI000119/2025. Além disso, o Apêndice do Anexo VI (memória de cálculo) do instrumento convocatório, dispõe no item 3, que quando da elaboração da composição de preço deverá ser observado o piso salarial da CCT acima mencionada.

Ocorre que, o Decreto Federal n. 12.797/2025, publicada em 23/12/2025, majorou o salário mínimo para R\$ 1.621,00 a partir de 01/01/2026.

Nesse sentido, considerando as categorias de serviços que compõem o objeto licitado, percebe-se que servente de limpeza e o encarregado, têm piso salarial inferior ao valor do salário mínimo vigente. E tal fato prejudica a elaboração da proposta de preços, uma vez que esta deve refletir o real valor dos custos dos serviços, como também resulta em valor superior ao estimado.

De acordo com o art. 7º da Constituição Federal, o mínimo é considerado como um direito fundamental do trabalhador, ou seja, o empregado não pode receber menos do que um salário mínimo.

Logo, enquanto o salário atual do garçom é R\$ 1.621,00, por exemplo, o edital em análise utiliza como parâmetro o valor R\$ 1.553,96 e apesar da diferença ser de apenas R\$ 67,04, tal valor se reflete em todos os demais módulos da planilha já que a remuneração é a principal base de cálculo.

Nos termos do art. 44, § 3º da Lei de Licitações, “não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos”.

Ao caso em comento, o Poder Judiciário tem firme posição pela ilegalidade de edital que prevê composição de preço de mão de obra com valor defasado em relação à remuneração **obrigatoriamente** praticada no mercado:

REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA -CONCESSÃO DA SEGURANÇA - DECISÃO SUJEITA AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO-ARTIGO 14, §1º DA LEI 12016/2009 - LICITAÇÃO - **EDITAL QUE NÃO OBSERVA O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO E DOS PREÇOS PARA SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DEFASADA – IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA CONDIZENTE COM OS VALORES DO MERCADO** – ANÁLISE DOS ARTIGOS 44, §3º E 48, II DA LEI 8666/93-ANULAÇÃO DO CERTAME – DECISÃO REEXAMINADA E MANTIDA - UNÂNIME. (Remessa Necessária nº201200221569 nº único 0016745-02.2011.8.25.0001 - 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Roberto Eugênio da Fonseca Porto - Julgado em 12/11/2012)

Em que pese a categoria não possuir atualmente instrumento coletivo vigente, para os serviços aqui destacados atualmente o mercado pratica o valor do salário mínimo.

Deste modo, **IMPUGNA-SE o instrumento convocatório tendo em vista que os preços estimados para os serviços de servente de limpeza e encarregado não foram elaborados considerando o valor do salário pago atualmente, estão em desacordo com os valores de mercado.**

2 – AUSÊNCIA DA INSALUBRIDADE DO SERVENTE DE LABORATÓRIO

No entanto, ao analisar a **planilha orçamentária anexa ao edital**, verifica-se que **não há a previsão da insalubridade de 20% para o servente de laboratório**, gerando evidente **incompatibilidade** entre as exigências editalícias e os custos estimados pela Administração.

Informo ainda que atualmente sou o detentor do contrato vigente, o qual os trabalhadores da função de servente de limpeza lotados em laboratórios principalmente as da prática da área da saúde na instituição universitária, exerce atividades que o expõem, de forma habitual e permanente, a agentes biológicos, em razão da limpeza, higienização e coleta de resíduos em ambientes destinados ao ensino, pesquisa e simulação de procedimentos de saúde humana.

As atividades desenvolvidas compreendem, entre outras: limpeza de pisos, bancadas, pias, equipamentos laboratoriais, recolhimento e acondicionamento de resíduos de serviços de saúde,

higienização de ambientes após aulas práticas, bem como o contato indireto com vidrarias, superfícies, materiais perfurocortantes descartados, resíduos biológicos e materiais potencialmente contaminados por sangue, secreções, culturas microbiológicas e outros agentes patogênicos.

Tais condições caracterizam exposição ocupacional a vírus, bactérias, fungos e demais microrganismos, oriundos de atividades práticas realizadas por docentes e discentes dos cursos da área da saúde, configurando risco à saúde do trabalhador

Temos conhecimentos na prática e laudos que comprovam a necessidade da inclusão da insalubridade de 20% para a área interna de laboratórios.

Contudo nos termos do Anexo 14 da NR-15, são consideradas atividades insalubres aquelas que envolvem contato permanente com pacientes, materiais infectocontagiantes ou resíduos, em estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana, incluindo laboratórios, ambulatórios, clínicas, hospitais e ambientes assemelhados. Os laboratórios de práticas de saúde em universidades equiparam-se tecnicamente a estabelecimentos de assistência à saúde, uma vez que reproduzem condições reais de atendimento, diagnóstico e manipulação de agentes biológicos.

Adicionalmente, a NR-32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde, estabelece que todos os trabalhadores que atuam em ambientes onde haja possibilidade de exposição a agentes biológicos, inclusive aqueles responsáveis pela limpeza, coleta e manejo de resíduos, estão sujeitos aos riscos inerentes a esses agentes. Em especial, a NR-32 reconhece que os riscos biológicos não se restringem aos profissionais da área assistencial, alcançando também os trabalhadores de apoio e serviços gerais que atuam em áreas críticas e semicríticas.

Conforme **NR do M.T.E (Norma Regulamentador) N° 15 anexo-14e NR 32**, o servente de limpeza para o laboratório tem o direito ao adicional de insalubridade de **grau médio (20%)**, devido ao ambiente e contato com agente biológicos e químicos, como materiais infectocontagiosos e objetos sem esterilização, ou produtos de limpezas agressivas.

Nessa linha, a Consolidação das Leis do Trabalho, em seu art. 192, de redação inequívoca, determina:

“Art. 192 - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo. [\(Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977\)](#)”

Portanto, a ausência dessa previsão afeta diretamente o **cálculo da proposta e gera risco de futura responsabilidade subsidiária da Administração.**

A Lei nº 14.133/2021, ao disciplinar a responsabilidade da Administração pelos encargos trabalhistas, reforça esse entendimento.

Neste sentido, o art. 121, §2º, dispõe que, nas contratações de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá subsidiariamente pelos encargos trabalhistas caso reste comprovada falha na fiscalização:

“Art. 121. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º deste artigo.

§ 2º Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.”

O Tribunal de Contas da União, ao analisar matéria semelhante, firmou entendimento no **Acórdão nº 1.496/2023 – Plenário**:

“(…) é essencial para que se identifique, previamente à contratação, os possíveis casos de incidência de adicional de insalubridade e periculosidade, não só para balizar as propostas das licitantes como também para mitigar os riscos de responsabilização subsidiária da própria Administração”. (Acórdão nº 1.496/2023, do Plenário, Rel. Min. Jhonatan de Jesus.)

A omissão do adicional de insalubridade gera, ainda, assimetria entre as propostas, pois alguns licitantes poderão incluí-lo, calculando seus custos de modo regular, enquanto outros — confiando na ausência de previsão editalícia — poderão omiti-lo, reduzindo artificialmente seus preços.

Essa situação viola frontalmente o princípio da isonomia; o princípio da vinculação ao instrumento convocatório; da competitividade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, além de prejudicar o julgamento objetivo e a seleção da proposta verdadeiramente mais vantajosa.

Embora haja fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como luvas, máscaras e aventais, não há neutralização plena do risco biológico, uma vez que a exposição decorre do próprio processo de trabalho, do contato com superfícies contaminadas e do manejo de resíduos de serviços de saúde.

Dessa forma, considerando:

- natureza das atividades desempenhadas;
- habitualidade e permanência da exposição;
- enquadramento legal previsto na NR-15 – Anexo 14;
- as disposições da NR-32

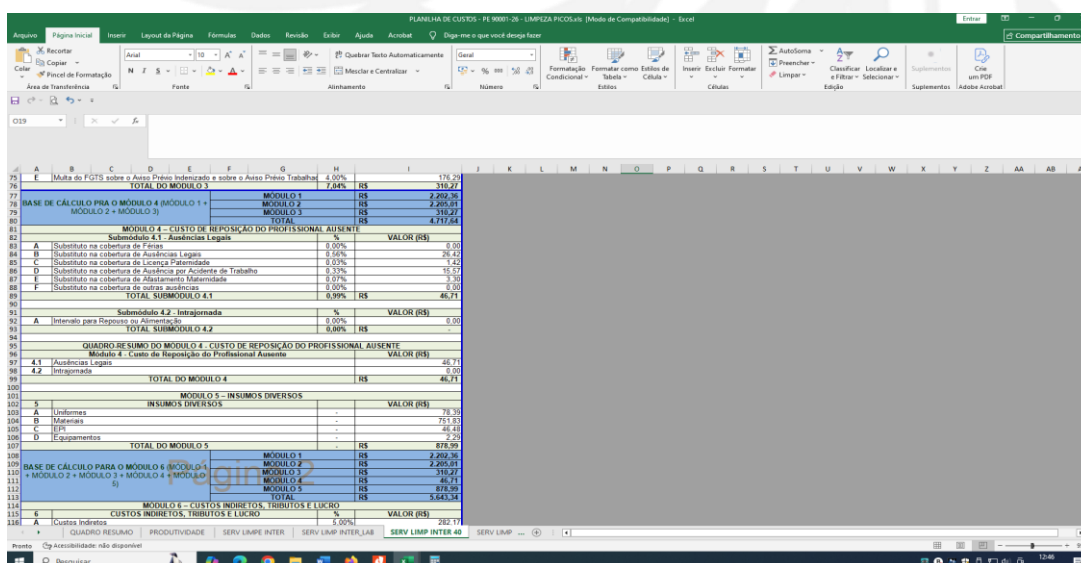
Essa incerteza afronta princípios estruturantes do regime de contratações públicas, especialmente os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, competitividade e segurança jurídica, todos previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/202, exigindo a imediata retificação do edital.

Diante de todo o exposto, requer-se o recebimento da presente impugnação, para a **retificação** imediata do edital, a **fim de incluir** a previsão expressa de adicional de insalubridade inerente à atividade a ser desempenhada, nas planilhas de custos do orçamento estimado, de modo a garantir a conformidade legal do procedimento e a mitigação de riscos futuros à Administração.

3. DA AUSENCIA DO CUSTO COM O SUBSTITUTO DE FÉRIAS.

O edital, no subitem 8.0, informa que no preenchimento da planilha de custo e formação de preço os licitantes deveram observar as disposições contidas no edital da presente licitação, com atenção nas informações do presente item e o que está disposto na Memória de Cálculo, Apêndice do Anexo IV do edital.

Vale ressaltar que na planilha de custo e formação de preço de todos os serventes e o encarregado, foi deixado de fornecer o percentual do substituto das férias de 0,93% conforme está no Apêndice do Anexo IV do edital. vejamos abaixo como está na planilha de custo e formação de preço:



Item	Descrição	Valor (R\$)
75	Multa do FGTS sobre o Anexo Preços Indizado e sobre o Anexo Preços Trabalha	4,00%
76	TOTAL DO MÓDULO 3	7,04%
77	BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 (MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3)	2,292,36
78	MÓDULO 1	2,292,36
79	MÓDULO 2	319,27
80	MÓDULO 3	319,27
81	TOTAL	2,930,90
82	MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	
83	Subitem 4.1 - Ausências Legais	
84	A Substituto na cobertura de Férias	0,00%
85	B Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,00%
86	C Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,00%
87	D Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,00%
88	E Substituto na cobertura de Alvará de Alvará	0,00%
89	F Substituto na cobertura de multa ausente	0,00%
90	TOTAL SUBMÓDULO 4.1	0,00%
91	Subitem 4.2 - Integridade	
92	A Intervalo para Depósito ou Alimentação	0,00%
93	TOTAL SUBMÓDULO 4.2	0,00%
94	QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	
95	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
96	4.1 Ausências Legais	26,71
97	4.2 Integridade	0,00
98	TOTAL DO MÓDULO 4	26,71
99	MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	
100	Subitem 5 - Insumos Diversos	
101	A Uniformes	75,35
102	B Materiais	751,53
103	C TPA	48,43
104	D Equipamentos	2,50
105	TOTAL DO MÓDULO 5	875,81
106	BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 (MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5)	2,292,36
107	MÓDULO 6	2,292,36
108	MÓDULO 7	319,27
109	MÓDULO 8	319,27
110	TOTAL	875,81
111	MÓDULO 9 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	
112	Subitem 9 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
113	A Custos Indiretos, Tributos e Lucro	5,00%
114	TOTAL	282,71

Podemos observar que o preço estimado para todos os cargos, foi feito sem a previsão do substituto de férias no submódulo 4.1 conforme IN 05/2017

E tal fato prejudica a elaboração da proposta de preços, uma vez que esta deve refletir o real valor dos custos dos serviços, como também resulta em valor superior ao estimado.

Módulo 4.1: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 (MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3)				
4	Descrição	(%)	Memória de Cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	$[(1+1/3)/12]/12=0,9259...\%$ Arredondando p/ duas casas decimais: 0,93%	Capítulo IV, Seção I da CLT
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,56%	$((2/30)/12)= 0,5556...\%$ Arredondando p/ duas casas decimais: 0,56%	Art. 473 da CLT
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,03%	$((5/30)/12 \times 2\%) = 0,02778...\%$ Arredondando p/ duas casas decimais: 0,03%	Art. 7º, Inciso XIX da Constituição Federal
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	$((15/30)/12 \times 8\%) = 0,3333...\%$ Arredondando p/ duas casas decimais: 0,33%	Art. 131, inciso III da CLT e Art. 60, § 3º da Lei 8.213/91
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	$\{[(1+1/3)/12 \times (4/12)] \times 2\% \} = 0,07407\%$ Arredondando p/ duas casas decimais: 0,07%	Art. 7º, XVIII da da Constituição Federal, Art. 392 da CLT, Lei 11.770/2008 e Lei 8.213/91, art. 71-A (com redação dada pela Lei 12.873/13)

Ao caso em comento, o Poder Judiciário tem firme posição pela ilegalidade de edital que prevê composição de preço de mão de obra com valor defasado em relação à remuneração **obrigatoriamente** praticada no mercado:

REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - CONCESSÃO DA SEGURANÇA - DECISÃO SUJEITA AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO-ARTIGO 14, §1º DA LEI 12016/2009 – LICITAÇÃO - EDITAL QUE NÃO OBSERVA O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO E DOS PREÇOS PARA SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DEFASADA – IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA CONDIZENTE COM OS VALORES DO MERCADO – ANÁLISE DOS ARTIGOS 44, §3º E 48, II DA LEI 8666/93-ANULAÇÃO DO CERTAME – DECISÃO REEXAMINADA E MANTIDA - UNÂNIME. (Remessa Necessária nº201200221569 nº único 0016745-02.2011.8.25.0001 - 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Roberto Eugênio da Fonseca Porto - Julgado em 12/11/2012)

Em que pese a categoria não possuir atualmente instrumento coletivo vigente, para os serviços aqui destacados atualmente o mercado pratica o valor do salário mínimo.

Deste modo, IMPUGNA-SE o instrumento convocatório para adequação do valor estimado com base nos motivos acima explanados.

4 – DA METODOLOGIA INCORRETA PARA O CÁLCULO DA QUANTIDADE DE SERVENTE E ENCARREGADO.

Impugna-se a quantidade de servente estipulado pela metodologia utilizada para o cálculo de servente da licitação, uma vez que o próprio edital e termo de referência, subitem 1.1, estabelecem que os serviços serão contratados com base na área física a ser limpas, estabelecendo-se o custo por metro quadrado (m²), observando a produtividade e a periodicidade de cada tipo de serviço e não o valor do posto, como demonstrado abaixo:

GRUPO 01 - Quantidade Estimada de Mão de obra				
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
1	Servente de Limpeza	m ²	39	24 Meses
2	Encarregado	m ²	1	24 Meses
Total estimado de mão de obra			40	

Figura 1

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS					
Tipo de área	Área (m ²)	Dias úteis trabalhados no mês	Produtividade diária em m ² por funcionário	Quantidade total de funcionários por área	Quantidade total de funcionários por área (arredondado)
Pisos frios e áreas internas	18.771,25	26	1.200	15,64	16
Laboratórios	3.118,65	26	450	6,93	7
Banheiros	1.642,84	26	250	6,57	7
Pátios e áreas externas	23.665,31	26	2.500	9,46	9
ENCARREGADO GERAL	-	-	-	1,0	1,0
TOTAL	47.198,05	-	-	39,60	40**

Adotando o cálculo correto com base na metragem e produtividade o quantitativo correto seria área interna 29(vinte e nove) serventes de limpeza e área externa 9(nove) servente de limpeza totalizando 38 servente de limpeza e 1 encarregado, vale ressaltar que na metragem que na área de limpeza interna tem material e na área externa não tem material, por tanto devendo ser considerada as área por áreas distintas, conforme demonstrado abaixo:

TIPO DE SERVENTE E AREA	AREA TOTAL M ² (A)	PRODUTIVIDADE (B)	TOTAL DE SERVENTE (A/B)	TOTAL POR AREA
SERVENTE DE LIMPEZA INTERNO	18.771,25	1200	15,64	29,00
SERVENTE DE LIMPEZA INTERNO – Laboratórios sem insalubridade	3.118,65	450	6,93	
SERVENTE DE LIMPEZA INTERNO (40%)	1.642,84	250	6,57	
SERVENTE DE LIMPEZA EXTERNO	23.665,31	2500	9,47	9,47
TOTAL				
ENCARREGADO	1	1	1	1
TOTAL				39

Desta forma deverá ser alterado o quantitativo de servente conforme demonstrado acima para 38(trinta e oito) servente e 1 encarregado, sendo área interna 29(vinte e nove) serventes de limpeza e área externa 9(nove) servente de limpeza totalizando 38 serventes de limpeza e 1 encarregado.

Essa alteração vai refletir no cálculo dos materiais e equipamentos da área interna que deixa de ser 30 para 29 serventes alterando os valores do material para maior também.

ESCLARECIMENTO

1 – Solicito a inclusão da gasolina que será como material, para a utilização da roçadeira a gasolina, que está no equipamento tabela 6 do preço estimado.

2 – Favor verificar a numeração dos itens do edital a partir do item 6.23.4, acho que teve um equívoco nas numerações conforme demonstrado abaixo:

6.23.2 empresas brasileiras;

6.23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24.4.1 As licitantes empatadas serão convocadas para apresentarem no prazo de 2 (duas) horas, contados a partir da convocação do anexo, a documentação comprobatória para os itens 7.24.2 e 7.24.4.

7.25. A fim de garantir maior segurança jurídica e uniformização quando da aplicação dos subitens 7.23.2, 7.23.3 e 7.23.4, bem como do 7.24.3 estes só serão adotados quando houver regulamentações específicas em cada caso, que afastem o caráter subjetivo da tomada de decisão.

7.26. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26.1 Se, mesmo após a aplicação dos procedimentos previstos nos itens acima, ainda persistir o

3 – Solicito a correção do item 8.0 do edital, a memória de cálculo encontra-se no apêndice do Anexo VI e não no Anexo IV.

4 – No termo de referência item 1.1 diz que será adotada a produtividade de 1800m² para área externa, enquanto na planilha de custo e formação de preço do preço estimado foi considerada a produtividade de 2500 m². Pergunto qual a produtividade a ser adota? Caso seja a de 1800m², será necessário a alteração do valor estimado. para área externa.

5 – Solicito a alteração da **TABELA 1 – MATERIAIS DE LIMPEZA SERVENTE AREA INTERNA** item 15 Papel higiênico, material celulose virgem, comprimento 30 m, largura 10 cm, tipo picotado, quantidade folha dupla, cor branca, características adicionais extra macio e sem perfume. Fardo com 64 unidades c/ 4 rolos. O Fardo e composto por 64 rolos/unidades ou composto por 16 pacotes de 4 rolos/unidades, Da forma que está escrito no termo de referencia pode ser interpretado de forma incorreta assim prejudicando o valor real do produto estimado e a execução do contrato.

6- solicito a inclusão de máscara PFF2, protetor auricular tipo plug e Luva látex, Pois eles usam esse EPIS, luva látex 24 pares para uso na limpeza do chão evitando contato com o pano de chão e outros produtos prejudiciais a saúde do trabalhador, Mascara PFF2 para evitar a respiração de poeiras e protetor auricular para os serventes de limpeza de áreas internas sem insalubridade de laboratório e o protetor auricular para o servente de área interna e externa.

Diante de todo o exposto acima, requer que seja feita as devidas correções, para que o certame aconteça dentro da legalidade, respeitando os princípios que norteiam a administração pública, e ainda, que seja suspenso o Pregão até que haja apreciação da presente impugnação.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Teresina, PI, 21 de janeiro de 2026.



Daniela Roberta Duarte da Cunha
Sócia Administradora
Servfaz Serviços de Mão de Obra LTDA.

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PE Nº 90001/2026

A empresa SERVFAZ – SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA., inscrita no CNPJ nº 10.013.974/0001-63, impugnou a manifestação do Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026 publicado em 14/01/2026, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nas dependências da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, assim como outros imóveis que venham a ser ocupadas pela IES na região de Picos-PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

O referido certame rege-se pelas normas e procedimentos administrativos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável. De acordo com o Edital do PE 90001/2026 “Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.”

Ressalta-se que a abertura da sessão do referido Edital está prevista para dia 28/01/2026 às 08:30 (horário de Brasília) e a impugnação foi recebida por esta Comissão de Licitações, por meio eletrônico, em 21 de janeiro de 2026. Desse modo, constata-se que a impugnação foi apresentada de forma tempestiva e devidamente motivada.

As alegações apresentadas pela impugnante foram analisadas por esta Comissão, que passa a expor suas considerações nos termos a seguir.

1. QUANTO À INOBSERVÂNCIA DO VALOR SALÁRIO MÍNIMO NA FORMAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

Inicialmente, cumpre destacar que o orçamento estimado da contratação foi elaborado em estrita observância às disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026 e de seus anexos, especialmente o Termo de Referência e a Memória de Cálculo. Tais documentos registram, de forma expressa, que os custos de mão de obra foram apurados com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025 nº PI000119/2025, firmada entre o sindicato patronal e o sindicato laboral da categoria profissional envolvida, considerando-se a inexistência de nova CCT vigente à época da elaboração do orçamento.

Conforme dispõe o item 7.7 do Edital, a Administração indicou de maneira transparente os instrumentos coletivos utilizados como referência para a composição do valor estimado, em conformidade com o art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022. Ressalte-se que tal indicação não impõe aos licitantes a obrigatoriedade de adotar a mesma convenção coletiva, mas apenas a observância dos custos mínimos relevantes definidos pela Administração.

Importa esclarecer que a eventual previsão de piso salarial inferior ao salário mínimo nacional em convenção coletiva não autoriza, em hipótese alguma, o pagamento de remuneração abaixo do mínimo constitucional. Essa obrigação recai diretamente sobre o empregador — no caso, a futura contratada — que deverá ajustar sua proposta e a execução contratual ao ordenamento jurídico vigente.

Nesse sentido, o Edital estabelece, em seu item 4.4.1, que a proposta do licitante deve contemplar a integralidade dos custos necessários ao cumprimento dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, na legislação trabalhista e nas normas aplicáveis. Ademais, o item 5.3 atribui ao licitante a responsabilidade exclusiva pela correta composição de seus preços, incluindo todos os encargos trabalhistas incidentes.

Ressalte-se, ainda, que o valor estimado da Administração possui natureza meramente referencial, destinando-se à análise de aceitabilidade das propostas e à prevenção de sobrepreço, não constituindo valor máximo obrigatório. Assim, eventual diferença entre o piso convencional e o salário mínimo vigente deve ser absorvida pelo licitante em sua proposta, sob pena de futura inexecução contratual ou descumprimento de obrigações trabalhistas, aspectos que serão devidamente fiscalizados pela Administração durante a execução do contrato.

O Edital também prevê mecanismos adequados para a verificação da exequibilidade das propostas, incluindo a possibilidade de diligências e de desclassificação de propostas inexecutáveis, conforme itens 7.9 e seguintes, assegurando o cumprimento dos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

Quanto aos impactos decorrentes de alterações normativas, a contratada poderá adotar uma das seguintes medidas, observados os requisitos legais e contratuais:

- a. Reequilíbrio econômico-financeiro, em razão da majoração do salário mínimo nacional, por se tratar de fato superveniente e alheio à vontade das partes, com efeitos financeiros retroativos à data de início da vigência do novo salário mínimo, mediante comprovação do impacto; ou
- b. Repactuação contratual, após a publicação da nova Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, com possibilidade de efeitos financeiros retroativos à data-base, desde que atendidos os requisitos normativos.

Esclarece-se que tais hipóteses não são cumulativas, devendo a contratada optar por aquela que melhor se adequar à sua situação, mediante formalização do pedido e apresentação da documentação comprobatória pertinente.

Diante do exposto, não se verifica qualquer ilegalidade ou vício no Edital quanto à formação do preço estimado, uma vez que a Administração adotou parâmetros objetivos, transparentes e compatíveis com a legislação vigente. Cabe aos licitantes a adequada composição de suas propostas, respeitado, em qualquer circunstância, o valor do salário mínimo nacional.

Assim, indeferem-se as alegações de impugnação relativas à suposta inobservância do salário mínimo na formação do preço estimado, permanecendo inalteradas as disposições editalícias sobre o tema.

2. QUANTO À AUSENCIA DA INSALUBRIDADE DO SERVENTE DE LABORATÓRIO

Inicialmente, cumpre registrar que o objeto da contratação refere-se à prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, conforme detalhamento constante do Termo de Referência, não se tratando de serviços de saúde, laboratoriais ou de apoio direto às atividades assistenciais.

Quanto à alegação de que os serventes de limpeza alocados em laboratórios estariam expostos, de forma habitual e permanente, a agentes biológicos que justificariam o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio (20%), observa-se que o Edital não presume nem estabelece tal caracterização. Isso porque:

- a. As atividades atribuídas aos serventes de limpeza nos laboratórios limitam-se à limpeza comum dos ambientes, não envolvendo manipulação direta de agentes biológicos, culturas, materiais infectocontagiantes, resíduos de serviços de saúde ou atendimento a pacientes;
- b. Os laboratórios mencionados no Termo de Referência são ambientes de ensino e pesquisa, não se equiparando automaticamente a estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana, conforme critérios do Anexo 14 da NR-15;
- c. A caracterização e a classificação da insalubridade, nos termos do art. 195 da CLT, dependem de laudo técnico elaborado por profissional legalmente habilitado, inexistindo, no processo administrativo que instrui a licitação, laudo que reconheça, de forma geral e permanente, a insalubridade para a função de servente de limpeza nos ambientes descritos.

Ressalte-se que a NR-32, mencionada pela impugnante, estabelece diretrizes de segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, mas não gera presunção automática de insalubridade, tampouco dispensa a avaliação técnica específica sobre a efetiva exposição do trabalhador a agentes nocivos acima dos limites de tolerância.

Ademais, o Edital prevê expressamente o fornecimento e o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados, bem como a adoção de procedimentos operacionais destinados à mitigação de riscos ocupacionais. Tais medidas, quando comprovadamente eficazes, podem neutralizar ou afastar a caracterização da insalubridade, conforme a legislação trabalhista.

Importa destacar, ainda, que a Administração Pública não está vinculada a contratos anteriores nem a laudos eventualmente existentes em contratações pretéritas. Cada procedimento licitatório deve observar sua própria instrução técnica e as condições específicas do objeto contratado.

No tocante ao Acórdão nº 1.496/2023 – Plenário do TCU, citado pela impugnante, verifica-se que o entendimento ali firmado reforça a necessidade de avaliação prévia quando identificados, de forma objetiva, ambientes ou atividades tipicamente insalubres — situação que não se configura, de maneira generalizada, no presente certame, conforme delineado no Termo de Referência.

Ressalta-se, ainda, que eventual reconhecimento de insalubridade durante a execução contratual, desde que devidamente comprovado por laudo técnico e observado o devido processo legal, deverá ser tratado no âmbito da gestão contratual. A fase licitatória não se presta a presumir custos trabalhistas sem respaldo técnico, sob pena de violação aos princípios da legalidade, isonomia e julgamento objetivo.

Diante do exposto, não assiste razão à impugnante. Assim, o pedido de inclusão obrigatória do adicional de insalubridade para a função de servente de limpeza em laboratório é indeferido, permanecendo inalterados o Edital e seus anexos, por estarem em conformidade com a legislação vigente e com o objeto da contratação.

Por fim, visando conferir maior clareza e segurança aos licitantes, esta Comissão revisou e deliberou pela alteração da redação do subitem 5.1.4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

Onde se lia:

5.1.4 A empresa licitada poderá contratar Empresa ou Profissional Capacitado (sem ônus à UFPI) para a elaboração de LAUDO TÉCNICO (este deverá apresentar data posterior à data de assinatura do instrumento contratual), de forma a identificar os índices reais de insalubridade e periculosidade a serem adotados, sendo estes reajustados nas planilhas apresentadas pela empresa contratada, sempre que o índice não for definido em acordo coletivo ou convenção trabalhista.

5.1.5 O prazo para apresentação do LAUDO de que trata o item anterior será de 60 dias contados do início da execução do objeto.

Passa-se a ler:

5.1.4 Nos casos em que a Convenção Coletiva não dispuser sobre os adicionais de insalubridade e periculosidade, e houver risco identificado nas atividades ou condições de trabalho, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do início da vigência contratual, a elaboração de laudo pericial. Esse laudo deverá avaliar e determinar o eventual valor a ser pago a título de adicional de insalubridade ou periculosidade, considerando os postos de trabalho contratados.

5.1.4.1 O custo referente à insalubridade ou periculosidade, nos casos omissos nas convenções, não comporá a planilha de custos no processo licitatório. Posteriormente, tais custos serão repassados ao CONTRATANTE por meio de termo aditivo contratual.

5.1.4.2 Após a apresentação do laudo e da solicitação ou não de incorporação do valor referente à insalubridade ou periculosidade, o pagamento devido deverá ocorrer a partir do primeiro dia de trabalho dos funcionários.

3. QUANTO À AUSENCIA DO CUSTO COM O SUBSTITUTO DE FÉRIAS

Após a reavaliação do Edital e de seus anexos, especialmente da Planilha de Custos e Formação de Preços e do Apêndice do Anexo IV (Memória de Cálculo), verificou-se, de fato, a existência de incongruência entre os documentos, uma vez que o referido Apêndice prevê expressamente o percentual de 0,93% relativo ao custo do substituto na cobertura de férias, enquanto tal encargo não constava de forma refletida na planilha disponibilizada aos licitantes.

Reconhece-se que a ausência dessa previsão compromete a adequada formação do preço estimado e pode impactar a elaboração de propostas em bases isonômicas, contrariando os princípios da isonomia, do julgamento objetivo, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, assiste razão à impugnante quanto a esse ponto específico, motivo pelo qual o pedido é DEFERIDO, exclusivamente no que se refere à inclusão do custo do substituto de férias.

Informa-se que esta Comissão de Licitação procedeu à correção da inconsistência identificada, promovendo o devido ajuste na Planilha de Custos e Formação de Preços, de modo a alinhar seus dados ao que dispõe o Apêndice do Anexo IV e assegurar a correta contemplação do referido encargo trabalhista no orçamento estimado da contratação.

Ressalta-se que a retificação ora realizada visa garantir maior segurança jurídica ao certame e assegurar condições equânimes de participação a todos os licitantes, permanecendo inalteradas as demais disposições do edital que não foram objeto de deferimento.

Por fim, esclarece-se que a versão atualizada da planilha passará a integrar o processo licitatório, devendo ser observada por todos os interessados na formulação de suas propostas.

4. QUANTO À METODOLOGIA INCORRETA PARA O CÁLCULO DA QUANTIDADE DE SERVENTE E ENCARREGADO

Após reanálise técnica, a Equipe de Planejamento deliberou pela manutenção integral da metodologia de dimensionamento constante na memória de cálculo elaborada pelo setor técnico de engenharia da UFPI. O referido estudo definiu o quantitativo total de 40 postos de trabalho, sendo 39 destinados a serventes de limpeza e 1 a encarregado.

O dimensionamento foi fundamentado em critérios técnicos que consideraram:

- a metragem real das áreas internas e externas;
- a classificação dos ambientes conforme o tipo de uso (áreas comuns, laboratórios, banheiros e áreas externas);
- as produtividades específicas por categoria de área;
- a frequência de execução dos serviços;
- a necessidade de manutenção contínua das condições de higiene, salubridade e conservação predial.

Destaca-se que a metodologia não se limita a um cálculo aritmético simples de área/produtividade. Ela incorpora as particularidades operacionais do campus, como a intensa circulação de pessoas, o uso acadêmico ininterrupto, a especificidade dos laboratórios e sanitários, além da exigência de cobertura integral das rotinas diárias.

A redução de postos sugerida pela impugnante acarretaria sérios prejuízos à execução contratual, resultando em:

- sobrecarga dos trabalhadores;
- comprometimento do padrão de limpeza e conservação;
- riscos à salubridade dos ambientes;
- danos à preservação do patrimônio público.

Diante do exposto, conclui-se que o quantitativo originalmente definido mostra-se tecnicamente adequado e suficiente para atender às demandas da unidade, razão pela qual será mantido sem alterações.

ESCLARECIMENTOS

Em atenção ao pedido de esclarecimentos apresentado, seguem os esclarecimentos, organizados e numerados conforme cada questionamento formulado:

1 - INEXIGIBILIDADE DE INCLUSÃO DA GASOLINA COMO MATERIAL

Após a análise do Edital e de seus anexos, informa-se que, embora conste a previsão de utilização de roçadeira a gasolina para a execução de determinados serviços, não há a exigência de inclusão de gasolina na relação de materiais a serem fornecidos pela contratada, tampouco em sua planilha de custos.

Isso porque a Administração atualmente mantém contrato próprio e específico para o fornecimento de combustíveis, vigente e em plena execução, o qual atende às demandas institucionais relacionadas ao abastecimento de equipamentos e veículos oficiais. Dessa forma, o suprimento de gasolina necessária à operação da roçadeira será provido por meio desse contrato específico, não se configurando como encargo da futura contratada do objeto deste certame.

Assim, a ausência de previsão de gasolina como material no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90001/2026 não representa omissão ou inconsistência do instrumento convocatório, mas decorre de opção administrativa legítima, voltada à racionalização de custos e à gestão centralizada do fornecimento de combustíveis.

Diante do exposto, resta esclarecido que não é necessária a inclusão de gasolina como insumo na proposta de preços, devendo os licitantes elaborar suas propostas em estrita conformidade com o Edital e seus anexos.

2 - CORREÇÃO DA NUMERAÇÃO DOS ITENS DO EDITAL

Após a averiguação, constatou-se a ocorrência de equívoco meramente formal na numeração sequencial de subitens, sem qualquer prejuízo ao conteúdo normativo, às regras do certame ou à compreensão das disposições editalícias.

O referido equívoco foi confirmado e devidamente sanado, com a correção da numeração dos itens, de modo a restabelecer a coerência e a adequada organização do texto do edital, sem alteração do mérito ou das condições originalmente estabelecidas.

Esclarece-se, por fim, que a falha identificada não comprometeu a isonomia, a competitividade ou a formulação das propostas, tratando-se exclusivamente de ajuste formal para aprimoramento da clareza do instrumento convocatório.

3 - CORREÇÃO DA REDAÇÃO DO ITEM 8.0 DO EDITAL

Após verificação do apontamento realizado, constatou-se a existência de inconsistência material na referência ao anexo que contém a Memória de Cálculo, uma vez que o texto do item 8.0 mencionava, de forma equivocada, o Apêndice do Anexo IV, quando o correto é o Apêndice do Anexo V.

Dessa forma, informamos que a devida correção foi realizada, passando o item 8.0 do Edital a indicar corretamente que as orientações relativas à Memória de Cálculo encontram-se no Apêndice do Anexo V, em consonância com os demais dispositivos do instrumento convocatório e com os anexos que integram o certame.

Ressalta-se que a correção efetuada possui caráter meramente formal, não implicando alteração das condições de participação, dos critérios de julgamento ou da formulação das propostas, mantendo-se íntegros os demais termos do Edital e de seus anexos.

4 - CORREÇÃO DO VALOR REFERENTE À PRODUTIVIDADE PARA ÁREA EXTERNA

Após reanálise técnica, verificou-se que o valor de 2.500 m² é a produtividade correta e efetivamente a ser adotada, por refletir de forma mais adequada a realidade operacional, as práticas consolidadas em contratações similares e os referenciais utilizados na composição do preço estimado.

Dessa forma, reconhecendo-se a inconsistência formal entre os documentos, foi realizada a devida correção no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, de modo a alinhar expressamente o índice de produtividade de áreas externas ao valor de 2.500 m², garantindo-se, assim, a compatibilidade entre os documentos que compõem o edital do pregão.

Ressalta-se que a correção efetuada possui caráter meramente aclaratório e saneador, não alterando o objeto da contratação nem prejudicando a formulação das propostas, mas, ao contrário, reforça a transparência, a segurança jurídica e o correto entendimento das regras do certame.

Diante do exposto, resta esclarecido que a produtividade de 2.500 m² para áreas externas é a que deve ser considerada pelos licitantes, estando a documentação do processo devidamente ajustada para refletir esse parâmetro de forma uniforme.

5 - AJUSTE DA TABELA 1 – MATERIAIS DE LIMPEZA SERVENTE AREA INTERNA (ITEM 15 - PAPEL HIGIÊNICO)

Acerca do valor correto e da quantidade de papel higiênico constante do item 15 da Tabela 1 – Materiais de limpeza para servente de área interna, esclarece-se que foi realizada a devida verificação do referido item. Após a análise, confirma-se que o quantitativo correto corresponde a fardo contendo 64 (sessenta e quatro) rolos de papel higiênico, distribuídos em pacotes com 4 (quatro) rolos cada, conforme padrão adotado para aquisição desse material.

Adicionalmente, informa-se que foi promovido ajuste na redação da descrição do item, com o objetivo de torná-la mais clara e compreensível, evitando interpretações divergentes quanto à composição do fardo e à quantidade efetivamente considerada para fins de formação de preços.

Dessa forma, resta sanado o esclarecimento solicitado, não havendo alteração do quantitativo estimado, mas apenas aperfeiçoamento da descrição, em observância aos princípios da clareza, transparência e segurança jurídica do certame.

6 - INCLUSÃO DE EPI'S

Em atenção à solicitação de inclusão de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), informa-se que a demanda foi analisada pela Equipe de Planejamento, considerando as atividades efetivamente desempenhadas pelos trabalhadores, bem como os riscos ocupacionais envolvidos na execução dos serviços contratados. Após a avaliação técnica, deliberou-se o seguinte:

a) Luva de borracha:

A solicitação foi acatada, sendo ampliado o quantitativo de luvas de borracha para contemplar todos os serventes de limpeza interna. A medida justifica-se pelo contato frequente desses profissionais com panos úmidos, água e produtos químicos de limpeza, o que reforça a necessidade de proteção adequada das mãos contra agentes irritantes e a umidade constante, em consonância com as boas práticas de saúde e segurança do trabalho.

b) Máscara PFF2:

A inclusão da máscara PFF2 como item obrigatório não foi acatada, uma vez que as atividades rotineiras previstas no escopo do contrato não envolvem exposição habitual a poeiras, aerossóis ou agentes particulados em níveis que justifiquem a exigência permanente desse EPI. Ressalta-se que situações específicas e eventuais poderão ser avaliadas e tratadas pela contratada no âmbito do seu Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme a legislação de segurança e saúde do trabalho.

c) Protetor auricular tipo plug:

A solicitação não foi acatada, considerando que as atividades de limpeza interna e externa previstas no contrato não expõem os trabalhadores a níveis de ruído superiores aos limites de tolerância estabelecidos pelas normas regulamentadoras, não havendo, portanto, justificativa técnica para a exigência desse EPI de forma obrigatória.

Por fim, esclarece-se que os ajustes relativos ao quantitativo de luvas de borracha foram devidamente refletidos nos apêndices correspondentes do instrumento convocatório, assegurando a compatibilidade entre as exigências editalícias e o planejamento da contratação.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Comissão de Licitações, regida e pautada pelos princípios constitucionais e correlatos — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, competitividade, segurança da contratação e finalidade pública —, ao analisar o pedido de impugnação apresentado pela empresa SERVFAZ – SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA., inscrita no CNPJ nº 10.013.974/0001-63, decide pelo DEFERIMENTO PARCIAL do Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, com fundamento nos seguintes pontos:

- a) Foi deferido exclusivamente o pedido referente à inclusão do custo do substituto de férias, tendo sido realizada a devida correção na Planilha de Custos e Formação de Preços, de modo a alinhar o documento à Memória de Cálculo.
- b) As demais alegações apresentadas pela impugnante foram indeferidas, por inexistência de ilegalidade ou vício no Edital.

Ressalta-se, ainda, que no curso da análise foram promovidos ajustes formais e aclaratórios no Edital e em seus anexos, sem qualquer alteração do objeto da contratação ou prejuízo à competitividade do certame. Dessa forma, o Edital e seus anexos retificados passam a integrar o Pregão Eletrônico nº 90001/2026, devendo ser observados por todos os interessados.

LINK PÚBLICO PARA ACESSO AO PE 90001/2026, INCLUINDO O SEU QUADRO INFORMATIVO COM AS SEGUINTE PUBLICAÇÕES:

<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=15404805900012026>

IMPUGNAÇÃO 01 - PUBLICADA EM 02/02/2026

02/02/2026 09:24 PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO 01

Segue abaixo pedido de impugnação recebido por esta Comissão de Licitações via e-mail no dia 21 de janeiro de 2026.

AO SR. AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI PICOS

Pregão eletrônico nº 90001/2026
Processo Administrativo nº 231117509/2025-83

SERVFAZ - SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 10.013.974/0001-63, com sede na Avenida Dom Severino, nº 679, bairro Fátima, CEP: 64.049-375, na cidade de Teresina - PI, neste ato representada por sua sócia administradora, Daniela Roberta Duarte da Cunha, portadora do RG nº 997292-SSP/PI e inscrita no CPF nº 553.764.603-04, vem tempestivamente apresentar PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO referente ao edital do Pregão eletrônico nº 90001/2026, nos termos do item 13 do instrumento convocatório, motivo o qual expõe e requer o seguinte:

DOS FATOS

Trata-se de pregão eletrônico cujo objeto é o para contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nas dependências da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, assim como outros imóveis que venham a ser ocupadas pela IES na região de Picos-PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Ocorre que após a leitura do edital esta empresa se deparou com diversas inconsistências que inviabilizam a elaboração de proposta de preços e inviabilizam a execução contratual, razão pela qual realiza-se os seguintes esclarecimentos e impugnação:

1 DA INOBSERVÂNCIA DO VALOR SALÁRIO MÍNIMO NA FORMAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

O edital, no Apêndice do Anexo VI - Memória de cálculo subitem 771 e item 8.3 e 8.311 do edital, informa que para o cálculo do valor estimado foi utilizada como parâmetro a Convenção Coletiva de Trabalho

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PE Nº 90001/2026

A empresa SERVFAZ - SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.013.974/0001-63, impugnou a manifestação do Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026 publicado em 14/01/2026, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nas dependências da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, assim como outros imóveis que venham a ser ocupadas pela IES na região de Picos-PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

O referido certame rege-se pelas normas e procedimentos administrativos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável. De acordo com o Edital do PE 90001/2026 "Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame".

Ressalta-se que a abertura da sessão do referido Edital, está prevista para dia 28/01/2026 às 08:30 (horário de Brasília) e a impugnação foi recebida por esta Comissão de Licitações, por meio eletrônico, em 21 de janeiro de 2026. Desse modo, constata-se que a impugnação foi apresentada de forma tempestiva e devidamente motivada.

As alegações apresentadas pela impugnante foram analisadas por esta Comissão, que passa a expor suas considerações nos termos a seguir:

1. QUANTO À INOBSERVÂNCIA DO VALOR SALÁRIO MÍNIMO NA FORMAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

Inicialmente, cumpre destacar que o orçamento estimado da contratação foi elaborado em estrita observância às disposições do Edital, do Pregão Eletrônico nº 90001/2026 e de seus anexos, especialmente o Termo de Referência e a Memória de Cálculo. Tais documentos registram, de forma expressa, que os custos de mão de obra foram apurados com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025 nº P1000119/2025, firmada entre o sindicato patronal e o sindicato laboral da categoria profissional envolvida, considerando-se a inexistência de nova CCT vigente à época da elaboração do orçamento.

Conforme dispõe o item 77 do Edital, a Administração indicou de maneira transparente os instrumentos



cpl UFPI <cpl@ufpi.edu.br>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

1 mensagem

BIANCA BATISTA DA COSTA <bianca.costa@contatoserv.com.br>

22 de janeiro de 2026 às 08:37

Para: "cpl@ufpi.edu.br" <cpl@ufpi.edu.br>



2026.01.19 - IMPUGNAÇÃO A EDITAL - PE N. 90001.2026 - UFPI.docx.pdf
306K



**AO(À) SR(A). PREGOEIRO(A) DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 –
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, PELA COORDENADORIA DE
COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Nº 90001/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 90001/2026**

CONTATO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.768.594/0001-36, com sede na Rua Prudente de Moraes, nº 280, conjunto Dom Pedro, bairro Dom Pedro, CEP 69.040-710, Manaus-AM, vem, perante Vossa Senhoria, por seu representante legal infra-assinado, com fundamento nos arts. 5º, 6º, XXIII, “c” e “i”, 11, 40, §1º, 67, §3º, 164, §1º, e 165, §1º, todos da Lei nº 14.133/2021, bem como no item 13.1 do Edital, vem, tempestivamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao edital em epígrafe, pelos fundamentos de fato e de direito que passa a expor:

I. DO OBJETO E DA TEMPESTIVIDADE

Cuida-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério de julgamento de menor preço por grupo, tendo por objeto a **contratação de prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nas dependências da**



Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, conforme o Edital de Licitação e seus anexos. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 5.636.850,96 (cinco milhões, seiscentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos)**, com sessão pública designada para ocorrer no dia **28/01/2026**, às 08h30 (horário de Brasília).

A presente impugnação é apresentada tempestivamente, nos termos do Art. 164, §1º, e Art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e do item 13.1 do Edital de Licitação, que estabelece o prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame para a sua protocolização..

II. DAS INCONSISTÊNCIAS, OMISSÕES E EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS

O presente Edital e seus anexos apresentam inconsistências, omissões e exigências que ferem os princípios basilares da licitação pública, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, tais como a legalidade, a isonomia, a competitividade, a objetividade, a clareza, a exequibilidade, o planejamento e a busca pela proposta mais vantajosa. Tais falhas comprometem a formulação de propostas justas e adequadas, podendo afastar potenciais licitantes e, conseqüentemente, impedir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Os pontos críticos são detalhados a seguir:

1. UTILIZAÇÃO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO (CCT) VENCIDA E SALÁRIO BASE ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL VIGENTE

A planilha de custos de referência do órgão licitante (Apêndice do Anexo VI – Memória de Cálculo), utilizada como base para as propostas, demonstra um flagrante subdimensionamento e desconformidade legal.

- O edital foi publicado em 12 de janeiro de 2026 e a execução contratual se iniciará em 2026.
- A planilha de custos e formação de preços da Administração, em seu Apêndice do Anexo VI – Memória de Cálculo, especificamente para a "Categoria profissional: SERVENTE DE LIMPEZA INTERNA", indica um "Salário Nominativo da Categoria Profissional" de **R\$ 1.553,96 (um mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos)**.
- Esta planilha baseia-se na **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) nº PI000119/2025**, conforme expressamente mencionado em diversas seções do edital (*ETP, Seção 11; ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, Seções 7.7.1, 8.3 e 8.3.1.1; Apêndice do Anexo VI – Memória de Cálculo, Item 3 e Item 5 de cada categoria*).
- Ocorre que a referida CCT nº PI000119/2025 tem vigência expressa de 01º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, conforme o próprio documento, **conforme anexo**.

Problema: A planilha de custos da Administração está baseada em uma Convenção Coletiva de Trabalho vencida no momento da publicação do edital e que estará vencida durante todo o período de execução do contrato. Consequentemente, o salário base de **R\$ 1.553,96**, além de ser referente a um período anterior, é inferior ao salário mínimo nacional de **R\$ 1.621,00** vigente para 2026.

Essa situação viola diretamente o Art. 59, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, ao induzir as licitantes a apresentarem propostas manifestamente inexequíveis, uma vez que o valor previsto não cobre sequer o salário mínimo legalmente devido. A futura contratada será obrigada a cumprir as condições trabalhistas de 2026, com base no



salário mínimo e na nova CCT aplicável, o que gerará um desequilíbrio econômico-financeiro imediato e substancial em relação à proposta apresentada no certame.

Isso desrespeita os **princípios da legalidade, planejamento, exequibilidade, objetividade** e a busca pela proposta mais vantajosa, previstos nos Arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, além de comprometer a segurança jurídica da contratação.

2. AUSÊNCIA DE PROVISÃO PARA SUBSTITUIÇÃO DE FÉRIAS PARA DIVERSAS CATEGORIAS

No Apêndice do Anexo VI – Memória de Cálculo, referente ao "*Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente*", "*Submódulo 4.1 - Ausências Legais*", o item "*Substituto na cobertura de Férias*" está indicado com percentual de 0,00% para as seguintes categorias: "SERVENTE DE LIMPEZA INTERNA – LABORATÓRIOS SEM INSALUBRIDADE", "SERVENTE DE LIMPEZA INTERNA 40% INSALUBRIDADE", "SERVENTE DE LIMPEZA EXTERNO" e "ENCARREGADO DE TURMA DE LIMPEZA - 40 HORAS". Em contraste, para a categoria "SERVENTE DE LIMPEZA INTERNA", o mesmo item apresenta o percentual de 0,93%.

Problema: O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, Seção 1.3, classifica o serviço como **contínuo**, o que implica a necessidade de manter a força de trabalho ativa durante todo o período contratual, incluindo a substituição de funcionários em período de férias. A ausência de provisão para substituição de férias na planilha de custos da Administração para a maioria das categorias de serventes e para o encarregado representa um grave subdimensionamento dos custos.

Licitantes que compuserem suas propostas com a inclusão correta e necessária desse custo para garantir a continuidade dos serviços serão desfavorecidos, pois suas propostas tenderão a ser mais elevadas que a referência da Administração, podendo ser consideradas "acima do preço máximo" ou "inexequíveis" (**Art. 59, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**). Essa inconsistência viola os **princípios da isonomia, planejamento, exequibilidade, e obtenção da proposta mais vantajosa** (**Art. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021**).

3. EXIGÊNCIA EXCESSIVA NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL (50% DOS POSTOS DE TRABALHO)

O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, Seção 9.33.1.2, estabelece como requisito de qualificação técnico-operacional a comprovação de experiência em "contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados". Considerando que a contratação envolve 40 trabalhadores, isso significa uma exigência de experiência em, no mínimo, 20 postos.

Problema: Embora o ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, Seção 1.2, e o ETP, Seção 7.1.5, classifiquem o objeto da contratação como "**serviço comum**", a exigência de comprovação de aptidão técnica em 50% dos postos mostra-se desproporcional e excessivamente restritiva. A Lei nº 14.133/2021, em seu **Art. 67, §3º**, determina que as exigências de qualificação técnica devem ser "*limitadas e compatíveis com o objeto e a complexidade da licitação*".

Para um serviço de natureza comum, que não demanda alta complexidade tecnológica ou especialização singular em grandes volumes, um percentual de 50% restringe indevidamente o universo de licitantes. A justificativa apresentada no ETP, Seção 9.3, de "*redução do risco de descumprimento contratual*", é genérica e não demonstra a imprescindibilidade de um percentual tão alto que impeça a participação de empresas igualmente capacitadas, mas com experiência em volumes um pouco menores. Tal prática viola o **princípio da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa** (Art. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021).

4. CONDIÇÕES DE REPACTUAÇÃO E RISCOS AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Embora o ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, Seção 7.39, preveja a repactuação de custos de mão de obra vinculados à data-base da categoria e de custos de mercado após um ano da apresentação da proposta, a situação da CCT vencida na planilha base de custos da Administração cria um risco iminente de desequilíbrio econômico-financeiro para a futura contratada.

Problema: A CCT PI000119/2025, utilizada como base para a formação dos custos do edital, já expirou em 31/12/2025. O contrato terá início em 2026. Isso significa que, desde o primeiro dia de execução, a contratada estará sujeita às condições da nova CCT de 2026 (ou à inexistência dela, tendo que se basear no salário mínimo de 2026, já superior ao da planilha) e demais atualizações de custos, sem que a planilha inicial da Administração reflita essa realidade.

A empresa vencedora terá que absorver a diferença entre os custos baseados na CCT de 2025 (e no salário mínimo defasado) e os custos reais de 2026, o que pode configurar um desequilíbrio econômico-financeiro desde o início, ferindo o **Art. 131, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, que visa à manutenção do equilíbrio. Embora a

repactuação pela data-base seja prevista, a defasagem na base de partida da proposta (devido à CCT vencida) não é adequadamente tratada, podendo levar à inexecutabilidade.

III. DA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEI Nº 14.133/2021

As **inconsistências, omissões e exigências restritivas** apontadas violam frontalmente os **princípios da legalidade, isonomia, objetividade, clareza, planejamento, exequibilidade, competitividade e busca pela proposta mais vantajosa**, insculpidos nos Arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021. A utilização de informações defasadas na planilha de custos, a omissão de custos essenciais para um serviço contínuo, e as exigências excessivas na qualificação técnica e a proibição de consórcios impedem a formulação de propostas justas, realistas e comparáveis, comprometendo severamente a competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O **Art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021** exige que o Edital contenha "*elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual*". As lacunas e as defasagens na planilha de custos demonstram a não conformidade com essa exigência.

IV. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria:

- a) O **acolhimento desta impugnação**, com a consequente **retificação do Edital e seus anexos**, especificamente para:
 - 1) **Atualizar e harmonizar a planilha de custos de referência da Administração**, especialmente o Apêndice do Anexo VI – Memória de Cálculo, para que reflita a

Convenção Coletiva de Trabalho válida para o período de execução contratual (2026 e subsequentes) e o salário mínimo nacional vigente para 2026, bem como os pisos salariais corretos da categoria para o ano de início da execução.

- 2) **Incluir e harmonizar a provisão para substituição de férias** para todas as categorias profissionais na planilha de custos de referência da Administração, especialmente para "SERVENTE DE LIMPEZA INTERNA – LABORATÓRIOS SEM INSALUBRIDADE", "SERVENTE DE LIMPEZA INTERNA 40% INSALUBRIDADE", "SERVENTE DE LIMPEZA EXTERNO" e "ENCARREGADO DE TURMA DE LIMPEZA - 40 HORAS", garantindo que os custos essenciais de um serviço contínuo sejam adequadamente provisionados.
 - 3) Rever a exigência de qualificação técnico-operacional constante no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, Seção 9.33.1.2, adequando-a à natureza de "serviço comum" e aos princípios da proporcionalidade e competitividade, revisando o percentual de 50% dos postos de trabalho para um limite mais razoável.
 - 4) **Esclarecer e garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro**, assegurando que a repactuação inicial cobrirá integralmente as diferenças decorrentes da atualização da CCT aplicável e do salário mínimo de 2026, retroativamente ao início da execução do contrato, de forma a compensar a defasagem da planilha inicial.
- b) A **prorrogação da data de abertura do certame**, nos termos do Art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e do item 18.1.5 do Edital, que determina a publicação de nova data caso o Edital seja modificado substancialmente em virtude da resposta à impugnação. Tal prorrogação é fundamental para garantir a ampla competitividade e isonomia entre os licitantes, permitindo a correta formulação das propostas com base em informações claras, completas e não restritivas..



c) Que esta impugnação seja **respondida formalmente e divulgada nos meios oficiais**, conforme o **item 13.2 do Edital**.

Termos em que pede deferimento.

Manaus/AM, em 19 de janeiro de 2026.

CONTATO SERVICOS DE
CONSERVACAO E
MANUTENCAO
LTDA:04768594000136

Assinado de forma digital por
CONTATO SERVICOS DE
CONSERVACAO E MANUTENCAO
LTDA:04768594000136
Dados: 2026.01.22 07:22:42 -04'00'

CONTATO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA
CNPJ nº 04.768.594/0001-36

ANEXO

CCT PI000119/2025

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PE Nº 90001/2026

A empresa CONTATO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 04.768.594/0001-36, impugnou a manifestação do Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026 publicado em 14/01/2026, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nas dependências da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, assim como outros imóveis que venham a ser ocupadas pela IES na região de Picos-PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

O referido certame rege-se pelas normas e procedimentos administrativos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável. De acordo com o Edital do PE 90001/2026 “Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.”

Ressalta-se que a abertura da sessão do referido Edital está prevista para dia 28/01/2026 às 08:30 (horário de Brasília) e a impugnação foi recebida por esta Comissão de Licitações, por meio eletrônico, em 22 de janeiro de 2026. Desse modo, constata-se que a impugnação foi apresentada de forma tempestiva e devidamente motivada.

As alegações apresentadas pela impugnante foram analisadas por esta Comissão, que passa a expor suas considerações nos termos a seguir.

1. QUANTO À INOBSERVÂNCIA DO VALOR SALÁRIO MÍNIMO NA FORMAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

Inicialmente, cumpre destacar que o orçamento estimado da contratação foi elaborado em estrita observância às disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026 e de seus anexos, especialmente o Termo de Referência e a Memória de Cálculo. Tais documentos registram, de forma expressa, que os custos de mão de obra foram apurados com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025 nº PI000119/2025, firmada entre o sindicato patronal e o sindicato laboral da categoria profissional envolvida, considerando-se a inexistência de nova CCT vigente à época da elaboração do orçamento.

Conforme dispõe o item 7.7 do Edital, a Administração indicou de maneira transparente os instrumentos coletivos utilizados como referência para a composição do valor estimado, em conformidade com o art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022. Ressalte-se que tal indicação não impõe aos licitantes a obrigatoriedade de adotar a mesma convenção coletiva, mas apenas a observância dos custos mínimos relevantes definidos pela Administração.

Importa esclarecer que a eventual previsão de piso salarial inferior ao salário mínimo nacional em convenção coletiva não autoriza, em hipótese alguma, o pagamento de remuneração abaixo do mínimo constitucional. Essa obrigação recai diretamente sobre o empregador — no caso, a futura contratada — que deverá ajustar sua proposta e a execução contratual ao ordenamento jurídico vigente.

Nesse sentido, o Edital estabelece, em seu item 4.4.1, que a proposta do licitante deve contemplar a integralidade dos custos necessários ao cumprimento dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, na legislação trabalhista e nas normas aplicáveis. Ademais, o item 5.3 atribui ao licitante a responsabilidade exclusiva pela correta composição de seus preços, incluindo todos os encargos trabalhistas incidentes.

Ressalte-se, ainda, que o valor estimado da Administração possui natureza meramente referencial, destinando-se à análise de aceitabilidade das propostas e à prevenção de sobrepreço, não constituindo valor máximo obrigatório. Assim, eventual diferença entre o piso convencional e o salário mínimo vigente deve ser absorvida pelo licitante em sua proposta, sob pena de futura inexecução contratual ou descumprimento de obrigações trabalhistas, aspectos que serão devidamente fiscalizados pela Administração durante a execução do contrato.

O Edital também prevê mecanismos adequados para a verificação da exequibilidade das propostas, incluindo a possibilidade de diligências e de desclassificação de propostas inexequíveis, conforme itens 7.9 e seguintes, assegurando o cumprimento dos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa.

Quanto aos impactos decorrentes de alterações normativas, a contratada poderá adotar uma das seguintes medidas, observados os requisitos legais e contratuais:

a. Reequilíbrio econômico-financeiro, em razão da majoração do salário mínimo nacional, por se tratar de fato superveniente e alheio à vontade das partes, com efeitos financeiros retroativos à data de início da vigência do novo salário mínimo, mediante comprovação do impacto; ou

b. Repactuação contratual, após a publicação da nova Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, com possibilidade de efeitos financeiros retroativos à data-base, desde que atendidos os requisitos normativos.

Esclarece-se que tais hipóteses não são cumulativas, devendo a contratada optar por aquela que melhor se adequar à sua situação, mediante formalização do pedido e apresentação da documentação comprobatória pertinente.

Diante do exposto, não se verifica qualquer ilegalidade ou vício no Edital quanto à formação do preço estimado, uma vez que a Administração adotou parâmetros objetivos, transparentes e compatíveis com a legislação vigente. Cabe aos licitantes a adequada composição de suas propostas, respeitado, em qualquer circunstância, o valor do salário mínimo nacional.

Assim, indeferem-se as alegações de impugnação relativas à suposta inobservância do salário mínimo na formação do preço estimado, permanecendo inalteradas as disposições editalícias sobre o tema.

2. REPACTUAÇÃO E PROTEÇÃO AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Esclarece-se que a elaboração da planilha de custos estimada pela Administração deve pautar-se nos dados vigentes e comprováveis no momento do planejamento da licitação. A utilização da CCT nº PI000119/2025 como paradigma justifica-se por ser o instrumento coletivo vigente e aplicável à categoria no território de execução no período de construção do orçamento. A Administração não pode basear seu orçamento em CCTs ainda não homologadas ou em projeções incertas, sob pena de viciar o planejamento por falta de amparo documental.

O Edital e o Termo de Referência preveem mecanismos robustos para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Conforme o item 7.38 do Termo de Referência, os preços serão repactuados após o interregno de um ano. No caso específico da mão de obra vinculada à data-base, o prazo é contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo ou convenção.

O ponto crucial que afasta o risco alegado pela impugnante é a garantia de retroatividade. O item 7.52 do Termo de Referência estabelece explicitamente que:

"Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação".

Dessa forma, eventuais diferenças entre o salário base da planilha (CCT 2025) e o novo piso da categoria ou salário mínimo de 2026 serão integralmente recompostas de forma retroativa ao início da vigência do novo custo laborativo, não havendo que se falar em prejuízo irreversível ou absorção definitiva de perdas pela contratada.

Ademais, as repactuações previstas não impedem que as partes solicitem, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro com base no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, caso ocorram fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

Ante o exposto, as alegações da impugnante não procedem, visto que o instrumento convocatório resguarda o direito à manutenção da equação econômico-financeira por meio da repactuação com efeitos retroativos, garantindo que a proposta mais vantajosa para a Administração não ocorra às custas da exequibilidade da empresa.

3. QUANTO À AUSÊNCIA DO CUSTO COM O SUBSTITUTO DE FÉRIAS

Após a reavaliação do Edital e de seus anexos, especialmente da Planilha de Custos e Formação de Preços e do Apêndice do Anexo IV (Memória de Cálculo), verificou-se, de fato, a existência de incongruência entre os documentos, uma vez que o referido Apêndice prevê expressamente o percentual de 0,93% relativo ao custo do substituto na cobertura de férias, enquanto tal encargo não constava de forma refletida na planilha disponibilizada aos licitantes.

Reconhece-se que a ausência dessa previsão compromete a adequada formação do preço estimado e pode impactar a elaboração de propostas em bases isonômicas, contrariando os princípios da isonomia, do julgamento objetivo, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, assiste razão à impugnante quanto a esse ponto específico, motivo pelo qual o pedido é DEFERIDO, exclusivamente no que se refere à inclusão do custo do substituto de férias.

Informa-se que esta Comissão de Licitação procedeu à correção da inconsistência identificada, promovendo o devido ajuste na Planilha de Custos e Formação de Preços, de modo a alinhar seus dados ao que dispõe o Apêndice do Anexo IV e assegurar a correta contemplação do referido encargo trabalhista no orçamento estimado da contratação.

Ressalta-se que a retificação ora realizada visa garantir maior segurança jurídica ao certame e assegurar condições equânimes de participação a todos os licitantes, permanecendo inalteradas as demais disposições do edital que não foram objeto de deferimento.

Por fim, esclarece-se que a versão atualizada da planilha passará a integrar o processo licitatório, devendo ser observada por todos os interessados na formulação de suas propostas.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL (50% DOS POSTOS DE TRABALHO)

A exigência de qualificação técnico-operacional em pregões que envolvem serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra justifica-se pela necessidade de comprovar que a licitante detém capacidade operacional efetiva e compatível com a complexidade, a dimensão e os riscos inerentes ao objeto contratado.

Esse tipo de contratação não se limita à simples disponibilização de trabalhadores, mas abrange a gestão permanente de equipes, o adequado dimensionamento de pessoal, o cumprimento rigoroso das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais, além da manutenção ininterrupta da prestação dos serviços, aspectos que exigem experiência prévia comprovada em operações de porte semelhante.

No caso do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, o objeto contratado refere-se à prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, atividades que se revestem de caráter essencial, pois impactam diretamente as condições de higiene, salubridade, segurança e funcionamento regular das instalações da Administração Pública. A eventual descontinuidade ou execução inadequada desses serviços comprometeria não apenas o patrimônio público, mas também o desenvolvimento das atividades acadêmicas, administrativas e institucionais, com prejuízo ao interesse público primário.

Nesse contexto, a exigência de comprovação de experiência prévia na execução de serviços em quantitativo mínimo correspondente a 50% do número de postos de trabalho a serem contratados revela-se medida proporcional, razoável e alinhada às boas práticas de gestão de riscos, uma vez que assegura que a licitante já tenha atuado em cenário operacional equivalente, sem, contudo, impor barreiras excessivas ou indevidamente restritivas à competitividade do certame.

Importa destacar que a exigência não demanda experiência em 100% dos postos previstos, tampouco execução simultânea da totalidade do objeto, mas apenas um patamar mínimo que demonstre capacidade técnico-operacional suficiente para absorver a complexidade da contratação e garantir a continuidade, regularidade e eficiência da execução contratual, especialmente considerando a essencialidade do serviço.

Tal entendimento encontra respaldo na nota explicativa constante da minuta elaborada pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União (AGU), segundo a qual a exigência de atestados com quantidades mínimas deve ser limitada a até 50% das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, ainda que se trate de contratação por postos de trabalho.

Corroborar esse entendimento o Acórdão TCU nº 1.604/2025 – Plenário, no qual o Tribunal de Contas da União concluiu pela incompatibilidade do item 10.6, “c.2”, do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017 com a Lei nº 14.133/2021, afastando a exigência de comprovação de execução simultânea de 100% dos postos, mas admitindo, de forma expressa, a exigência de quantitativos proporcionais e razoáveis, como o patamar de 50% adotado neste certame.

Diante do exposto, resta evidenciado que a exigência de qualificação técnico-operacional prevista no Edital não configura excesso ou restrição indevida à competitividade, mas, ao contrário, constitui instrumento legítimo de proteção do interesse público, especialmente diante da essencialidade do objeto, razão pela qual indeferem-se as alegações de impugnação quanto a esse ponto, mantendo-se inalteradas as disposições editalícias correspondentes.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Comissão de Licitações, regida e pautada pelos princípios constitucionais e correlatos — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, competitividade, segurança da contratação e finalidade pública —, ao analisar o pedido de impugnação apresentado pela empresa CONTATO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 04.768.594/0001-36, decide pelo DEFERIMENTO PARCIAL do Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026, com fundamento nos seguintes pontos:

a) Foi deferido exclusivamente o pedido referente à inclusão do custo do substituto de férias, tendo sido realizada a devida correção na Planilha de Custos e Formação de Preços.

b) As demais alegações foram indeferidas, por inexistência de ilegalidade ou excesso nas exigências editalícias.

Ressalta-se, ainda, que no curso da análise foram promovidos ajustes formais e aclaratórios no Edital e em seus anexos, sem qualquer alteração do objeto da contratação ou prejuízo à competitividade do certame. Dessa forma, o Edital e seus anexos retificados passam a integrar o Pregão Eletrônico nº 90001/2026, devendo ser observados por todos os interessados.

LINK PÚBLICO PARA ACESSO AO PE 90001/2026, INCLUINDO O SEU QUADRO INFORMATIVO COM AS SEGUINTE PUBLICAÇÕES:

<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=15404805900012026>

IMPUGNAÇÃO 02 - PUBLICADA EM 02/02/2026

02/02/2026 09:54	PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO 02
Segue abaixo pedido de impugnação recebido por esta Comissão de Licitações via e-mail no dia 22 de janeiro de 2026. AO(A) SR(A) PREGOEIRO(A) DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, PELA COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Nº 90001/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 CONTATO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04768594/0001-36, com sede na Rua Prudente de Moraes, nº 280, conjunto Dom Pedro, bairro Dom Pedro, CEP 69.040-710, Manaus-AM, vem, perante Vossa Senhoria, por seu representante legal infra-assinado, com fundamento nos arts. 5º, 6º, XXIII, "c" e "f", II, 40, §1º, 67, 53º, 164, §1º, e 165, §1º, todos da Lei nº 14.133/2021, bem como no item 13.1 do Edital, vem, tempestivamente, apresentar IMPUGNAÇÃO ao edital em epígrafe, pelos fundamentos de fato e de direito que passa a expor: I. DO OBJETO E DA TEMPESTIVIDADE Cuida-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério de julgamento de menor preço por grupo, tendo por objeto a contratação de prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nas dependências da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, conforme o Edital de Licitação e seus anexos. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 5.636.850,96 (cinco milhões, seiscentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos), com sessão pública designada para ocorrer no dia 28/01/2026, às 08h30 (horário de Brasília). A presente impugnação é apresentada tempestivamente, nos termos do Art. 164, §1º e Art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e do item 13.1 do Edital de Licitação, que estabelece o prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame para a sua protocolização. II. DAS INCONSISTÊNCIAS, OMISSÕES E EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS O presente Edital e seus anexos apresentam inconsistências, omissões e exigências que ferem os princípios basilares da licitação pública, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, tais como a legalidade, a economia, a incontestabilidade, a inalienabilidade, a publicidade, a acessibilidade, o planejamento e a busca pela	
RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PE Nº 90001/2026 A empresa CONTATO SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 04768594/0001-36, impugnou a manifestação do Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026 publicado em 14/01/2026, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nas dependências da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, assim como outros imóveis que venham a ser ocupados pela IES na região de Picos-PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O referido certame rege-se pelas normas e procedimentos administrativos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável. De acordo com o Edital do PE 90001/2026 "Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame". Ressalta-se que a abertura da sessão do referido Edital está prevista para dia 28/01/2026 às 08h30 (horário de Brasília) e a impugnação foi recebida por esta Comissão de Licitações, por meio eletrônico, em 22 de janeiro de 2026. Desse modo, constata-se que a impugnação foi apresentada de forma tempestiva e devidamente motivada. As alegações apresentadas pela impugnante foram analisadas por esta Comissão, que passa a expor suas considerações nos termos a seguir: 1. QUANTO À INOBSERVÂNCIA DO VALOR SALÁRIO MÍNIMO NA FORMAÇÃO DO PREÇO ESTIMADO Inicialmente, cumpre destacar que o orçamento estimado da contratação foi elaborado em estrita observância às disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026 e de seus anexos, especialmente o Termo de Referência e a Memória de Cálculo. Tais documentos registram, de forma expressa, que os custos de mão de obra foram apurados com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 nº P1000119/2025, firmada entre o sindicato patronal e o sindicato laboral da categoria profissional envolvida, considerando-se a inexistência de nova CCT vigente à época da elaboração do orçamento. Conforme dispõe o item 7.7 do Edital, a Administração indicou de maneira transparente os instrumentos	